

<b>ASSUNTO:</b> Relatório de Gestão Consolidado do Município da Nazaré - Ano 2025	<b>INFORMAÇÃO N.º:</b> 361/SGFC/2026
	<b>NIPG:</b> 8769/26
	<b>DATA:</b> 2026/06/08

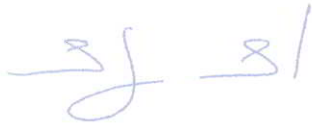
**DELIBERAÇÃO:**

Deliberado em reunião de câmara realizada em ...../...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**DESPACHO:**

À Reunião  
08-06-2026



Seratim António  
Presidente da CM Nazaré

**CHEFE DE DIVISÃO:**

Exmo. Sr. Presidente,  
À consideração superior.  
Em substituição da Chefe da DAF.

08-06-2026

Ricardo Caneco


**VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:**

À Dra. Paula Veloso

Para inserir na ordem do dia da próxima reunião da Câmara Municipal, conforme Despacho do Sr. Presidente.  
Em substituição da Chefe da DAF.

08-06-2026

Ricardo Caneco





## MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Avenida Vieira Guimarães  
262 550 010  
geral@cm-nazare.pt



ANO  
2025

# RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL DA NAZARÉ

 [vimeo.com/municipiodanazare](https://vimeo.com/municipiodanazare)  
 [facebook.com/cmnazare](https://facebook.com/cmnazare)  
 [instagram.com/municipiodanazare/](https://instagram.com/municipiodanazare/)



## Índice

Introdução	2
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação	4
Principais atividades desenvolvidas	7
Recursos humanos	8
Análise económica e financeira	9
Balanço	10
Demonstração de resultados por natureza	13
Demonstrações orçamentais consolidadas	21
Demonstração orçamental consolidada do desempenho orçamental	22
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	23
Demonstrações financeiras consolidadas	24
Balanço consolidado	25
Demonstrações dos resultados consolidados por natureza	26
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	27
Demonstração das alterações no património líquido	28
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	29



## Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), prevê no seu artigo 75º que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no n.º 3 do artigo 75º, do RFALEI).

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-



Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo autárquico terem implementada a contabilidade de gestão, naturalmente, não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão. Por esta razão, a Comissão de Normalização Contabilística, através da FAQ 18 (Setor Público - SNC-AP) refere que as demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão perímetros diferentes.

Neste contexto, o Município da Nazaré elaborou em 2025, a consolidação de contas do grupo municipal.



## Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De acordo com o normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.



Com base nestes pressupostos, temos:

### Grupo Municipal da Nazaré



O município da Nazaré detém participação financeira nos Serviços Municipalizados da Nazaré e na empresa municipal Nazaré Qualifica.

De seguida apresentam-se as entidades incluídas na consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

#### Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	Capital	% Participação	NCP aplicável	Mensuração	
					Contas individuais	Contas consolidadas
Serviços Municipalizados da Nazaré	SM	9 485 572,98	100,00%	NCP 22	MEP	Integral
Nazaré Qualifica, EM	EM	10 000,00	100,00%	NCP 22	MEP	Integral



### Definição dos métodos

- Método de consolidação integral: método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo. Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante;
- Método da equivalência patrimonial: método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.



## Principais atividades desenvolvidas

### ➤ Serviços Municipalizados da Nazaré

Os Serviços Municipalizados da Nazaré asseguram e gestão de vários serviços básicos, tais como abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos urbanos, saneamento, limpeza urbana e transporte coletivo de pessoas.

Atualmente estes Serviços Municipalizados promovem a gestão dos serviços de abastecimento de água com critérios de qualidade e a recolha e encaminhamento de águas residuais para tratamento.

A gestão do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos é efetivada por via de administração direta garantindo a operacionalidade de recolha e encaminhamento de resíduos em todo o concelho da Nazaré, assim como um modelo de triagem seletiva de resíduos recicláveis.

Outra componente de prestação de serviços, assegurada pelos Serviços Municipalizados, é a gestão do Ascensor da Nazaré, que liga o centro da vila da Nazaré ao Sítio da Nazaré, sendo atualmente o equipamento por cabo com maior utilização em Portugal.

### ➤ Nazaré Qualifica EM – Unipessoal, Lda

A entidade Nazaré Qualifica EM - Unipessoal, Lda. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, equipamentos coletivos e infraestruturas no concelho da Nazaré. O seu objetivo central é promover a coesão económica, social e o desenvolvimento sustentável da região. Das suas atividades e competências, destacam-se:

- Gestão, promoção, fiscalização e operação das zonas de estacionamento tarifado e parques sob jurisdição municipal;
- Conservação de infraestruturas urbanísticas, reabilitação do património edificado e manutenção de espaços públicos;
- Prestação de serviços de proximidade, como o apoio a escolas, serviços de apoio à comunidade e ação social;
- Gestão de equipamentos desportivos e culturais do município, além de apoio logístico na organização de grandes eventos desportivos e culturais.

Societariamente, é uma empresa municipal que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.



## Recursos humanos

O grupo autárquico conta com um conjunto de colaboradores que permitem a prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

O número de funcionários das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 530 em 31 de dezembro de 2025, repartido por categorias da seguinte forma:

Trabalhadores do Grupo Autárquico

Categoria profissional	N.º de funcionários			Total
	CMN	SMN	NQ	
Dirigente superior	0	0	0	0
Dirigente intermédio	3	4	0	7
Técnico superior	67	8	16	91
Assistente técnico	63	36	2	101
Assistente operacional	127	109	81	317
Outros	13	0	1	14
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>157</b>	<b>100</b>	<b>530</b>

O grupo “Outros” contempla 14 trabalhadores que estão em outras situações, mais concretamente, 1 coordenador municipal de proteção civil, 1 chefe de gabinete, 1 adjunto e 2 secretários do gabinete de apoio aos órgãos municipais, 2 fiscais municipais, 6 informáticos e o presidente da empresa municipal Nazaré Qualifica.

Evolução do n.º de Trabalhadores no Grupo Consolidado

Entidade	2024	2025	Varição
Município da Nazaré	277	273	-4
Serviços Municipalizados da Nazaré	151	157	6
Nazaré Qualifica, EM	89	100	11
<b>Total</b>	<b>517</b>	<b>530</b>	<b>13</b>

O Grupo Autárquico apresenta um aumento de 13 trabalhadores face ao ano anterior, sendo a empresa municipal e os serviços municipalizados os que contribuíram para este incremento.



### **Análise económico-financeira**

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

**Balanço**

## ➤ Ativo

No final de 2025, o ativo do Grupo Municipal ascendeu a 68.290.997,99 €, o que significa um aumento de 6,5 milhões de euros em relação ao ano anterior (10,4%). Do total do ativo, 88,2% é constituído por ativo não corrente e 11,8% por ativo corrente. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

**Evolução do Ativo**

ATIVO	2025	2024	Var. 25/24	Var. %
Ativos fixos tangíveis	58 519 360,71	54 843 806,01	3 675 554,70	6,7%
Propriedades de investimento	39 852,00	45 756,00	-5 904,00	-12,9%
Ativos intangíveis	800 809,01	573 839,84	226 969,17	39,6%
Participações financeiras	840 556,00	840 556,00	0,00	0,0%
Outras contas a receber	63 972,04	0,00	63 972,04	-
<b>Ativo não corrente</b>	<b>60 264 549,76</b>	<b>56 303 957,85</b>	<b>3 960 591,91</b>	<b>7,0%</b>
Inventários	254 471,61	270 021,38	-15 549,77	-5,8%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	0,00	168 520,19	-168 520,19	-100,0%
Clientes, contribuintes e utentes	909 976,94	971 804,85	-61 827,91	-6,4%
Estado e outros entes públicos	62 198,13	199 580,63	-137 382,50	-68,8%
Outras contas a receber	1 534 706,47	1 131 780,78	402 925,69	35,6%
Diferimentos	57 654,99	40 004,59	17 650,40	44,1%
Outros ativos financeiros	500,00	500,00	0,00	0,0%
Caixa e depósitos	5 206 940,09	2 751 542,20	2 455 397,89	89,2%
<b>Ativo corrente</b>	<b>8 026 448,23</b>	<b>5 533 754,62</b>	<b>2 492 693,61</b>	<b>45,0%</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>68 290 997,99</b>	<b>61 837 712,47</b>	<b>6 453 285,52</b>	<b>10,4%</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 85,7% do total do ativo e registam um aumento de 3,7 milhões de euros face a 2024.

As dívidas de terceiros representam 3,7% do ativo total e tiveram um aumento de 403 mil euros, mais concretamente na rubrica de outras contas a receber (devedores por acréscimos - rendimentos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a ser obtida em exercícios futuros, neste caso os rendimentos que respeitam ao ano de 2025 e que serão recebidos no ano de 2026).



A rubrica caixa e depósitos registou um acréscimo de 2,5 milhões de euros, fruto da maior receita arrecadada no final do ano.

➤ Património líquido

O património líquido do grupo municipal apresenta no final de 2025, o valor de 35.393.254,74 €, refletindo um aumento de 7 milhões de euros face ao final de 2024.

**Evolução do Património Líquido**

<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Var. 25/24</b>	<b>Var. %</b>
Património / Capital	14 548 038,57	14 545 058,57	2 980,00	0,0%
Reservas	307 676,23	307 676,23	0,00	0,0%
Resultados transitados	-2 051 181,05	-3 197 478,04	1 146 296,99	-35,9%
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 939 956,22	-4 951 615,04	11 658,82	-0,2%
Outras variações no património líquido	25 523 481,80	20 638 044,02	4 885 437,78	23,7%
Resultado líquido do período	2 005 195,41	1 009 644,22	995 551,19	98,6%
<b>Património Líquido Total</b>	<b>35 393 254,74</b>	<b>28 351 329,96</b>	<b>7 041 924,78</b>	<b>24,8%</b>

As rubricas que compõem o património líquido que mais contribuíram para esta variação foram as outras variações no património líquido (+4,9 milhões de euros), os resultados transitados (+1,1 milhões de euros) e o resultado líquido do período (+1 milhão de euros).



## ➤ Passivo

Em relação ao passivo, o Grupo Municipal apresentou a 31 de dezembro de 2025 um valor de 32.897.743,25 €, verificando-se uma redução de 589 mil euros em relação ao final de 2024. O passivo não corrente representa 87,5% do total e o passivo corrente 12,5%. Seguidamente pode verificar-se a estrutura e a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

PASSIVO	2025	2024	Var. 25/24	Var. %
Provisões	522 706,25	1 216 075,98	-693 369,73	-57,0%
Financiamentos obtidos	26 566 482,65	26 818 462,42	-251 979,77	-0,9%
Outras contas a pagar	1 695 849,31	1 834 252,36	-138 403,05	-7,5%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>28 785 038,21</b>	<b>29 868 790,76</b>	<b>-1 083 752,55</b>	<b>-3,6%</b>
Fornecedores	550 773,68	353 973,01	196 800,67	55,6%
Estado e outros entes públicos	311 095,53	302 855,10	8 240,43	2,7%
Financiamentos obtidos	1 031 629,09	1 008 284,64	23 344,45	2,3%
Fornecedores de investimentos	1 371,81	61 393,93	-60 022,12	-97,8%
Diferimentos	15 149,89	15 149,89	0,00	0,0%
Outras contas a pagar	2 202 685,04	1 875 935,18	326 749,86	17,4%
<b>Passivo corrente</b>	<b>4 112 705,04</b>	<b>3 617 591,75</b>	<b>495 113,29</b>	<b>13,7%</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>32 897 743,25</b>	<b>33 486 382,51</b>	<b>-588 639,26</b>	<b>-1,8%</b>

A variação negativa de 1,8% no valor do passivo total, resulta essencialmente do decréscimo das provisões (-693 mil euros), dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo (-252 mil euros) e da rubrica de outras contas a pagar do passivo não corrente (-138 mil euros). Os bons níveis de receita possibilitaram o pagamento, quer das prestações dos empréstimos previstas, quer dos pagamentos a fornecedores e outros credores de médio e longo prazo, bem como o pagamento à MD Plastics relativo ao processo 1027/16.6BELRA, tendo-se utilizado a provisão constituída.

Em sentido contrário, houve um aumento nas rubricas de outras contas a pagar do passivo corrente (+327 mil euros) e na rubrica de fornecedores (+197 mil euros).

**Demonstração de resultados por natureza**

O ano de 2025 saldou-se por um resultado líquido positivo de 2.005.195,41 €.

DESCRIÇÃO	VALOR	%
<b>RENDIMENTOS</b>		
Impostos, contribuições e taxas	12 704 887,74	41,1%
Vendas	2 204 339,40	7,1%
Prestações de serviços e concessões	8 631 219,89	28,0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 669 126,00	18,4%
Trabalhos para a própria entidade	68 041,98	0,2%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0,00	0,0%
Outros rendimentos	1 585 945,24	5,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	16 097,76	0,1%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,0%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>30 879 658,01</b>	<b>100,0%</b>
<b>GASTOS</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	884 407,85	3,1%
Fornecimentos e serviços externos	8 886 757,95	30,8%
Gastos com pessoal	12 588 818,76	43,6%
Transferências e subsídios concedidos	1 646 183,89	5,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	90 006,80	0,3%
Provisões	50 769,61	0,2%
Outros gastos	1 039 989,05	3,6%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 313 483,35	11,5%
Juros e gastos similares suportados	372 850,40	1,3%
Imposto sobre o rendimento	1 194,94	0,0%
<b>Total de gastos</b>	<b>28 874 462,60</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 005 195,41</b>	<b>6,5%</b>

Os rendimentos totalizaram 30.879.658,01 €, e por sua vez, os gastos fixaram-se em 28.874.462,60 €, ou seja, 6,5% abaixo dos rendimentos.

Verifica-se que a atividade financeira do Grupo Municipal se sustentou em três importantes áreas: “Impostos, contribuições e taxas”, “Prestações de serviços e concessões” e “Transferências e subsídios correntes obtidos” que no seu conjunto foram responsáveis por 87,5% dos rendimentos.



Para além destas, as vendas atingiram 2.204.339,40 €, nomeadamente a venda da água por parte dos Serviços Municipalizados, e outros rendimentos que alcançaram o valor de 1.585.945,24 €, na sua maior parte resultantes da especialização dos subsídios ao investimento, das rendas de edifícios, da renda de concessão da EDP, das compensações urbanísticas ao Município, das correções relativas a períodos anteriores, entre outros.

Nos gastos, a distribuição é relativamente equilibrada, sendo, no entanto, de referir o peso estrutural das rubricas:

- Gastos com o pessoal, com 43,6%
- Fornecimentos e serviços externos, com 30,8%
- Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 11,5%

Em termos de evolução, temos:



## Rendimentos

Efetuada uma análise aos rendimentos do ano de 2025 e respetiva evolução, podemos concluir que houve um acréscimo de 2,5 milhões de euros face ao ano de 2024.

### Evolução Rendimentos Consolidados

RENDIMENTOS	31/12/2025	31/12/2024	Var. 25/24	Var. %
<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>12 704 887,74</b>	<b>10 869 995,27</b>	<b>1 834 892,47</b>	<b>16,9%</b>
<b>Impostos diretos</b>	<b>6 193 649,76</b>	<b>5 916 341,82</b>	<b>277 307,94</b>	<b>4,7%</b>
Derrama	480 811,43	476 220,79	4 590,64	1,0%
IMI	5 221 809,61	4 946 197,79	275 611,82	5,6%
IUC	471 489,60	458 777,68	12 711,92	2,8%
Outros	19 539,12	35 145,56	-15 606,44	-44,4%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>6 001 894,14</b>	<b>4 516 838,52</b>	<b>1 485 055,62</b>	<b>32,9%</b>
Loteamentos e obras	281 090,92	322 115,49	-41 024,57	-12,7%
Ocupação de via pública	207 381,27	247 455,06	-40 073,79	-16,2%
TMDP	10 233,52	9 820,03	413,49	4,2%
IMT	5 499 938,53	3 933 529,49	1 566 409,04	39,8%
Outros	3 249,90	3 918,45	-668,55	-17,1%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>509 343,84</b>	<b>436 814,93</b>	<b>72 528,91</b>	<b>16,6%</b>
Taxas de portos e áreas portuárias	183 080,31	128 522,38	54 557,93	42,5%
Taxas específicas das autarquias	288 323,49	279 266,19	9 057,30	3,2%
Multas e outras penalidades	37 940,04	29 026,36	8 913,68	30,7%
<b>Vendas</b>	<b>2 204 339,40</b>	<b>1 893 333,98</b>	<b>311 005,42</b>	<b>16,4%</b>
<b>Prestações de serviços e concessões</b>	<b>8 631 219,89</b>	<b>8 698 623,37</b>	<b>-67 403,48</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Transferências e subsídios obtidos</b>	<b>5 669 126,00</b>	<b>5 532 595,40</b>	<b>136 530,60</b>	<b>2,5%</b>
<b>Orçamento do Estado</b>	<b>4 020 257,00</b>	<b>3 821 719,93</b>	<b>198 537,07</b>	<b>5,2%</b>
Fundo Equilíbrio Financeiro	2 144 550,00	2 107 173,00	37 377,00	1,8%
Fundo Social Municipal	472 883,00	401 810,00	71 073,00	17,7%
Participação no IRS	777 119,00	716 730,00	60 389,00	8,4%
Participação no IVA	242 939,00	268 558,42	-25 619,42	-9,5%
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	382 766,00	327 448,51	55 317,49	16,9%
<b>Transferências de competências - Educação (Lei 50/2018)</b>	<b>1 508 562,00</b>	<b>1 439 907,81</b>	<b>68 654,19</b>	<b>4,8%</b>
<b>Outras</b>	<b>140 307,00</b>	<b>270 967,66</b>	<b>-130 660,66</b>	<b>-48,2%</b>
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>	<b>68 041,98</b>	<b>238 825,22</b>	<b>-170 783,24</b>	<b>-71,5%</b>
<b>Outros rendimentos</b>	<b>1 585 945,24</b>	<b>1 134 808,02</b>	<b>451 137,22</b>	<b>39,8%</b>
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>16 097,76</b>	<b>16 433,61</b>	<b>-335,85</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>30 879 658,01</b>	<b>28 384 614,87</b>	<b>2 495 043,14</b>	<b>8,8%</b>



A rubrica de impostos, contribuições e taxas registou um incremento de 16,9% (+1,8 milhões de euros), resultado, nomeadamente, do acréscimo da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) e do imposto municipal de imóveis (IMI). De realçar que o IMT é um imposto de carácter muito variável e sofreu um forte aumento face ao ano anterior.

A rubrica de vendas teve um acréscimo de 311 mil euros face ao ano anterior, resultado do aumento do volume de negócio com as vendas de merchandising, nomeadamente produtos da marca Para do Norte, por parte da empresa municipal.

A rubrica de prestações de serviços e concessões teve uma ligeira diminuição de 67 mil euros, resultado principalmente da menor receita de parquímetros e dos eventos de futebol de praia da empresa municipal.

A rubrica de transferências e subsídios obtidos teve um aumento de 137 mil euros (+2,5%) face ao ano anterior. Este aumento está relacionado sobretudo com o incremento das transferências provenientes do OE, das transferências da DGAL por conta da transferência de competências na área da educação, ação social e saúde, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e pela receita correspondente a 50% do valor previsto no n.º 3 do artigo 35.º da LFL (normalmente designado como “excedente”).

A rubrica de outros rendimentos registou um incremento de 451 mil euros face ao ano de 2024 (+39,8%). Este aumento está relacionado sobretudo com o maior valor de imputação de subsídios ao investimento no corrente exercício. À medida que os imobilizados comparticipados por fundos comunitários vão sendo amortizados, o valor correspondente à amortização desses investimentos é transferido para esta conta, na percentagem do financiamento obtido.

**Gastos**

No que diz respeito aos gastos no final do ano 2025, verifica-se um acréscimo de 1,5 milhões de euros face ao período homólogo.

**Evolução Gastos Consolidados**

GASTOS	31/12/2025	31/12/2024	Var. 25/24	Var. %
CMVMC	884 407,85	821 877,84	62 530,01	7,6%
Fornecimentos e serviços externos	8 886 757,95	8 083 919,46	802 838,49	9,9%
Gastos com o pessoal	12 588 818,76	11 347 442,65	1 241 376,11	10,9%
Transferências e subsídios concedidos	1 646 183,89	1 483 959,10	162 224,79	10,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	90 006,80	12 685,70	77 321,10	609,5%
Provisões	50 769,61	1 203 876,03	-1 153 106,42	-95,8%
Outros gastos e perdas	1 039 989,05	759 946,60	280 042,45	36,9%
Gastos de depreciação e de amortização	3 313 483,35	3 221 031,67	92 451,68	2,9%
Juros e gastos similares suportados	372 850,40	414 670,31	-41 819,91	-10,1%
Imposto sobre o rendimento	1 194,94	25 561,29	-24 366,35	-95,3%
<b>Total</b>	<b>28 874 462,60</b>	<b>27 374 970,65</b>	<b>1 499 491,95</b>	<b>5,5%</b>

Esta variação de 5,5% resulta sobretudo dos aumentos nos gastos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos e outros gastos e perdas.

Em termos absolutos, as rubricas que contribuíram para o aumento dos gastos foram os “gastos com o pessoal” com um aumento de 1,2 milhões de euros, os “fornecimentos e serviços externos” com um incremento de 803 mil euros, a rubrica “outros gastos e perdas” com um aumento de 280 mil euros, as “transferências e subsídios concedidos” com um acréscimo de 162 mil euros, os “gastos de depreciação e de amortização” com um aumento 92 mil euros, a rubrica “imparidade de dívidas a receber” com um aumento de 77 mil euros e os “custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” com um aumento de 63 mil euros.

Em sentido contrário, destaca-se a diminuição na rubrica das “provisões” com um decréscimo de 1,1 milhões de euros, nos “juros e gastos similares suportados” com uma redução de 42 mil euros e no “imposto sobre o rendimento” com uma redução de 24 mil euros.

De realçar o aumento dos gastos com o pessoal (+1,2 milhões de euros). Estes gastos compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários e executivo do Grupo Municipal. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 530 colaboradores, mais 13 relativamente ao final de 2024. No âmbito da transferência de competências nos domínios da

Exercício económico de 2025



educação, ação social e saúde, foram transferidos para o Município 63, 5 e 2 colaboradores respetivamente, em termos acumulados até ao final do ano.

Este aumento em termos de gasto, resulta da transferência de competências nas áreas da educação, ação social e saúde, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da entrada de diversos trabalhadores através de mobilidade, pela alteração de posicionamento remuneratório obrigatório e pelo aumento do salário mínimo para os 878,41 €. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 8,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 803 mil euros face a 2024.

As maiores despesas foram ao nível dos serviços especializados (3,1 milhões de euros), dos serviços diversos (2,6 milhões de euros), subcontratos e parcerias (1,4 milhões de euros) e energia e fluidos (1,3 milhões de euros).

Face ao período homólogo, os maiores aumentos incidiram nos serviços especializados (+383 mil euros), resultado do aumento dos gastos com vigilância e segurança, conservação e reparação de edifícios, equipamentos e viaturas e outros bens, do aumento das comissões de cobrança de impostos e taxas, do maior recurso a serviços técnicos especializados contratados externamente por parte dos Serviços Municipalizados, necessários à execução de intervenções operacionais e técnicas que asseguram o normal funcionamento dos serviços; nos serviços diversos (+226 mil euros), resultado do aumento dos gastos com serviços de limpeza e higiene nos edifícios municipais e outros, mais concretamente nos edifícios relativos à transferência de competências no domínio da saúde (Centros de Saúde), com a atualização de valores com a aquisição de serviços de atividades complementares ao funcionamento dos cemitérios municipais, serviços de apoio ao canil municipal e a contratação de prestadores de serviços para diversas áreas; do aumento dos gastos com subcontratos e parcerias, resultado do agravamento global dos custos associados ao saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, refletindo essencialmente a atualização das tarifas aplicadas pelas entidades gestoras destes sistemas multimunicipais.

Houve igualmente um incremento nas transferências e subsídios concedidos, resultado essencialmente do aumento, quer dos projetos, quer do valor dos mesmos, desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Oeste em 2025. Também os valores pagos às freguesias e às instituições sem fins lucrativos sofreram aumentos face a 2024.

A rubrica de outros gastos e perdas registou um incremento de 280 mil euros face ao ano anterior. Este aumento incide sobretudo na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, fruto de



diversas regularizações feitas, nomeadamente da regularização contabilística de uma divergência histórica identificada nos meios líquidos disponíveis dos Serviços Municipalizados da Nazaré.

No que respeita a diminuições face ao ano de 2024, há a destacar a rubrica de provisões (-1,1 milhões de euros). Durante o ano foram utilizadas provisões no valor de 858 mil euros e foram anuladas/revertidas provisões no valor de 152 mil euros, justificando assim, o decréscimo na rubrica.

A rubrica de juros e gastos similares suportados registou uma diminuição de 42 mil euros, e resulta essencialmente, da diminuição dos juros do empréstimo pagos ao FAM, dos juros dos empréstimos bancários e dos juros relativos ao plano de pagamentos ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social com a aquisição do terreno sito no Bairro dos Pescadores.

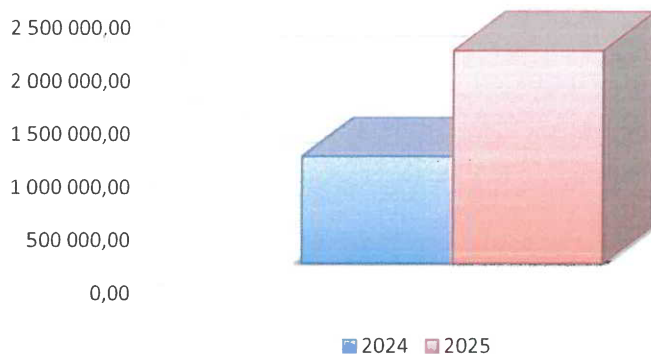


### Resultado líquido consolidado do exercício

O resultado líquido do Grupo Municipal do exercício de 2025 fixou-se nos 2.005.195,41 €.

Este resultado consolidado, difere do resultado que consta nas contas individuais do Município em 100.940,21 €. Esta diferença de consolidação resulta do facto de aquando da elaboração do relatório de gestão individual do Município, o resultado líquido da empresa municipal Nazaré Qualifica (provisório à data) ser negativo em cerca de 54 mil euros. Ora, no decorrer dos trabalhos finais do relatório de gestão da Nazaré Qualifica, já após fecho das contas individuais do Município, e no decurso de um processo rigoroso de revisão contabilística, ocorreram diversas correções e regularizações que conduziram a uma variação favorável do resultado, que passou a ser positivo na ordem dos 47 mil euros.

### Resultado líquido do Grupo Municipal





Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

## **Demonstrações orçamentais consolidadas**



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

## Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICA	RECEBIMENTOS	31/12/2025	31/12/2024	RUBRICA	PAGAMENTOS	31/12/2025	31/12/2024
<b>RA01</b>	<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>2 752 167,20</b>	<b>1 721 584,35</b>				
RI01	Operações orçamentais [1]	1 779 633,05	798 472,97				
RI02	Devolução do saldo operações orçamentais						
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]	972 534,15	923 111,38				
<b>RA02</b>	<b>Receita corrente</b>	<b>30 579 603,60</b>	<b>28 047 725,77</b>	<b>DA01</b>	<b>Despesa corrente</b>	<b>25 257 235,93</b>	<b>23 648 709,27</b>
R1	Receita fiscal	11 498 361,43	9 751 897,56	D1	Despesas com o pessoal	12 528 499,85	11 058 214,52
R1.1	Impostos diretos	11 498 361,43	9 751 897,56	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	9 879 402,85	8 558 238,83
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	713 420,26	682 966,27
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	1 935 676,74	1 817 009,42
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 030 546,84	1 000 499,96	D2	Aquisição de bens e serviços	9 364 251,04	10 349 745,22
R4	Rendimentos de propriedade	625 503,37	547 970,20	D3	Juros e outros encargos	659 400,89	414 692,95
R5	Transferências e subsídios correntes	6 255 348,70	5 436 864,85	D4	Transferências e subsídios correntes	1 862 512,61	1 243 305,51
R5.1	Transferências correntes	6 255 348,70	5 436 864,85	D4.1	Transferências correntes	1 862 512,61	1 243 305,51
R5.1.1	Administrações Públicas	6 255 348,70	5 436 864,85	D4.1.1	Administrações Públicas	1 094 239,83	374 920,76
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 631 865,10	5 436 864,85	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local	470 756,23	374 920,76
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	570 403,08	685 104,44
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	112 869,70	133 280,31
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	85 000,00	50 000,00
R6	Venda de bens e serviços	8 747 125,06	8 685 347,72	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 422 718,20	2 625 145,48	D5	Outras despesas correntes	842 571,54	582 751,07
<b>RA03</b>	<b>Receita de capital</b>	<b>5 803 352,36</b>	<b>1 551 347,35</b>	<b>DA02</b>	<b>Despesa de capital</b>	<b>8 452 411,45</b>	<b>4 090 102,56</b>
R8	Venda de bens de investimento	4 122,00	17 450,32	D6	Aquisição de bens de capital	7 469 443,78	3 784 342,69
R9	Transferências e subsídios de capital	5 739 220,68	1 533 897,03	D7	Transferências e subsídios de capital	282 967,67	289 159,87
R9.1	Transferências de capital	5 739 220,68	1 533 897,03	D7.1	Transferências de capital	282 967,67	289 159,87
R9.1.1	Administrações Públicas	5 739 220,68	1 533 897,03	D7.1.1	Administrações Públicas	75 500,00	206 606,64
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5 739 220,68	1 533 897,03	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	75 500,00	206 606,64
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	187 467,67	67 553,75
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
<b>RA04</b>	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>36 382 955,96</b>	<b>29 599 073,12</b>	<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>700 000,00</b>	<b>16 600,00</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00				
<b>RA05</b>	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>800 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>DA03</b>	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>33 709 647,38</b>	<b>27 738 811,83</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	DA04	Despesa não efetiva [6]	1 028 635,32	1 029 226,21
R13	Receita com passivos financeiros	800 000,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesa com passivos financeiros	1 028 635,32	1 029 226,21
<b>RA06</b>	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>40 752 802,32</b>	<b>31 640 544,95</b>	<b>DA05</b>	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>34 738 282,70</b>	<b>28 768 038,04</b>
ROT1	Operações de tesouraria [B]	205 550,85	471 149,84	DOT1	Operações de tesouraria [C]	194 826,22	421 727,07
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	5 207 565,09	2 752 042,20
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	4 224 306,31	1 779 508,05
				DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	983 258,78	972 534,15
				DA09	Saldo global [2] - [5]	2 673 308,58	2 010 261,29
				DA10	Despesa primária	31 597 151,67	25 315 714,90
				DA11	Saldo corrente	5 210 725,54	4 296 267,99
				DA12	Saldo de capital	-2 632 498,79	-2 344 186,94
				DA13	Saldo primário	3 237 532,75	2 363 896,51
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	36 776 866,95	27 898 814,10
				DA15	Despesa total [5] + [6]	33 285 092,99	26 756 756,57



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

## Grupo Municipal da Nazaré

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
	<b>Receita corrente</b>	<b>1 493 146,37</b>	<b>1 492 475,41</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>628 789,76</b>	<b>340 342,40</b>
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	138 978,97	170 429,63
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	93 057,38	91 222,24
R1.2	Impostos indiretos			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	7 141,66	6 252,94
R2	Contribuições sist. proteção social e subsist. saúde			D1.3	Segurança social	38 779,93	72 954,45
R3	Taxas, multas e outras penalidades	55 990,87	93 228,31	D2	Aquisição de bens e serviços	396 576,75	137 699,26
R4	Rendimentos de propriedade	1 612,00	1 612,00	D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	289,89	241,06
R5.1	Transferências correntes			D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo		
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	289,89	241,06
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	1 289 991,57	1 238 506,66	D4.2	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	145 551,93	159 128,44	D5	Outras despesas correntes	92 944,15	31 972,45
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>Despesa de capital</b>	<b>15,01</b>	<b>149,96</b>
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	15,01	149,96
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D8	Outras despesas de capital		
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>1 493 146,37</b>	<b>1 492 475,41</b>		<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>628 804,77</b>	<b>340 492,36</b>
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
	<b>Receita total [3]=[1]+[2]</b>	<b>1 493 146,37</b>	<b>1 492 475,41</b>		<b>Despesa Total [6]=[4]+[5]</b>	<b>628 804,77</b>	<b>340 492,36</b>

Exercício económico de 2025



## **Demonstrações financeiras consolidadas**

**BALANÇO CONSOLIDADO**  
**Grupo Municipal da Nazaré**

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	58 519 360,71	54 843 806,01
Propriedades de investimento	8	39 852,00	45 756,00
Ativos intangíveis	3	800 809,01	573 839,84
Participações financeiras	22	840 556,00	840 556,00
Outras contas a receber	23.2	63 972,04	0,00
		<b>60 264 549,76</b>	<b>56 303 957,85</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	254 471,61	270 021,38
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	23.2	0,00	168 520,19
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	909 976,94	971 804,85
Estado e outros entes públicos	23.2	62 198,13	199 580,63
Outras contas a receber	23.2	1 534 706,47	1 131 780,78
Diferimentos		57 654,99	40 004,59
Outros ativos correntes		500,00	500,00
Caixa e depósitos	1.2	5 206 940,09	2 751 542,20
		<b>8 026 448,23</b>	<b>5 533 754,62</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>68 290 997,99</b>	<b>61 837 712,47</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital	23.1	14 548 038,57	14 545 058,57
Reservas	23.1	307 676,23	307 676,23
Resultados transitados	23.1	-2 051 181,05	-3 197 478,04
Ajustamentos em ativos financeiros	23.1	-4 939 956,22	-4 951 615,04
Outras variações no património líquido	23.1	25 523 481,80	20 638 044,02
Resultado líquido do período	23.1	2 005 195,41	1 009 644,22
<b>Total Património Líquido</b>		<b>35 393 254,74</b>	<b>28 351 329,96</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	522 706,25	1 216 075,98
Financiamentos obtidos	7	26 566 482,65	26 818 462,42
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23.2	1 695 849,31	1 834 252,36
		<b>28 785 038,21</b>	<b>29 868 790,76</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	23.2	550 773,68	353 973,01
Estado e outros entes públicos	23.2	311 095,53	302 855,10
Financiamentos obtidos	7	1 031 629,09	1 008 284,64
Fornecedores de investimentos	23.2	1 371,81	61 393,93
Diferimentos		15 149,89	15 149,89
Outras contas a pagar	23.2	2 202 685,04	1 875 935,18
		<b>4 112 705,04</b>	<b>3 617 591,75</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>32 897 743,25</b>	<b>33 486 382,51</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>68 290 997,99</b>	<b>61 837 712,47</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA****Grupo Municipal da Nazaré**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	23.3	12 704 887,74	10 869 995,27
Vendas	23.3	2 204 339,40	1 893 333,98
Prestações de serviços e concessões	23.3	8 631 219,89	8 698 623,37
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	5 669 126,00	5 532 595,40
Rendimentos/Gastos imputados de entidades		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23.3	68 041,98	238 825,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-884 407,85	-821 877,84
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-8 886 757,95	-8 083 919,46
Gastos com pessoal	19	-12 588 818,76	-11 347 442,65
Transferências e subsídios concedidos	23.5	-1 646 183,89	-1 483 959,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-90 006,80	-12 685,70
Provisões (aumentos/reduções)	15	-50 769,61	-1 203 876,03
Outros rendimentos	23.3	1 585 945,24	1 134 808,02
Outros gastos	23.5	-1 039 989,05	-759 946,60
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>5 676 626,34</b>	<b>4 654 473,88</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-3 313 483,35	-3 221 031,67
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>2 363 142,99</b>	<b>1 433 442,21</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		16 097,76	16 433,61
Juros e gastos similares suportados	7	-372 850,40	-414 670,31
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 006 390,35</b>	<b>1 035 205,51</b>
Imposto sobre o rendimento		-1 194,94	-25 561,29
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 005 195,41</b>	<b>1 009 644,22</b>



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

## Grupo Municipal da Nazaré

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		10 049 503,78	10 871 618,44
Recebimentos de contribuintes		12 035 791,37	10 334 530,41
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 428 370,78	5 348 196,67
Recebimentos de utentes		507 747,56	427 938,74
Pagamentos a fornecedores		-8 920 048,86	-9 523 553,23
Pagamentos ao pessoal		-12 504 359,76	-11 023 426,36
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 145 517,47	-1 382 465,38
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>5 451 487,40</b>	<b>5 052 839,29</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-1 530 198,57	-1 212 749,86
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>3 921 288,83</b>	<b>3 840 089,43</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-7 089 419,13	-3 564 694,33
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis		-57 465,16	-31 036,80
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		154 122,00	167 450,32
Recebimentos - Propriedades de investimento		550 249,70	18 800,00
Recebimentos - Transferências de capital		5 795 330,36	1 919 819,59
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-647 182,23</b>	<b>-1 489 661,22</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		800 000,00	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		66 087,58	116 426,01
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 028 635,32	-1 029 226,21
Pagamentos - Juros e gastos similares		-656 160,97	-407 170,16
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-818 708,71</b>	<b>-1 319 970,36</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>2 455 397,89</b>	<b>1 030 457,85</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 752 042,20	1 721 584,35
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 207 440,09	2 752 042,20
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2 752 042,20	1 721 584,35
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>		<b>2 752 042,20</b>	<b>1 721 584,35</b>
<b>SGA De execução orçamental</b>		<b>1 779 508,05</b>	<b>798 472,97</b>
<b>SGA De operações de tesouraria</b>		<b>972 534,15</b>	<b>923 111,38</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 207 440,09	2 752 042,20
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		<b>5 207 440,09</b>	<b>2 752 042,20</b>
<b>SGS De execução orçamental</b>		<b>4 224 181,31</b>	<b>1 779 508,05</b>
<b>SGS De operações de tesouraria</b>		<b>983 258,78</b>	<b>972 534,15</b>



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO**

**Grupo Municipal da Nazaré**

Ano 2025

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	14 545 058,57				307 676,23	-3 197 478,04	-4 951 615,04		20 638 044,02	1 009 644,22	28 351 329,96	28 351 329,96
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	2 980,00				0,00	136 652,77	11 658,82		4 885 437,78		5 036 729,37	5 036 729,37
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico										0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital								5 754 480,21			5 754 480,21	5 754 480,21
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	2 980,00					136 652,77	11 658,82	-869 042,43			-717 750,84	-717 750,84
Correção de erros materiais												
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										2 005 195,41	2 005 195,41	2 005 195,41
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>										2 005 195,41	2 005 195,41	2 005 195,41
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	0,00				0,00	1 009 644,22	0,00		0,00	-1 009 644,22	0,00	0,00
Subscrições de capital/património						0,00					0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações						1 009 644,22				-1 009 644,22	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão												
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	14 548 038,57				307 676,23	-2 051 181,05	-4 939 956,22		25 523 481,80	2 005 195,41	35 393 254,74	35 393 254,74



## **Anexos às demonstrações financeiras consolidadas**

**Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação****1.1 – Entidades incluídas na consolidação**

As entidades incluídas na consolidação e que fazem parte do grupo municipal são as que constam no quadro seguinte.

**Quadro 1.1 - Entidades incluídas na consolidação**

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Administração Local					a)
Serviços Municipalizados da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Abastecimento de água	9 485 572,98	9 485 572,98	100,00%		b)
Nazaré Qualifica, EM	Estrada da Praia do Norte, 2450-504 Nazaré	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	10 000,00	10 000,00	100,00%		b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município da Nazaré

**1.1.1 – Princípios e políticas contabilísticas nas entidades incluídas na consolidação**

Quer os princípios quer políticas contabilísticas adotadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados são coincidentes entre si.

No que se refere à Nazaré Qualifica, as taxas de depreciação utilizadas e o critério de cálculo e contabilização de imparidades são divergentes. Contudo, as diferenças são imateriais nas demonstrações financeiras consolidadas.

Procedeu-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades consolidantes.



## 1.2 – Caixa e depósitos

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

**Quadro 1.2 - Desagregação de caixa e depósitos**

Conta	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Caixa</b>		<b>15 049,61</b>		<b>272 491,99</b>
Caixa	15 049,61		23 842,36	
Caixa - valores a regularizar	0,00		248 649,63	
<b>Depósitos à ordem</b>		<b>5 191 890,48</b>		<b>2 479 050,21</b>
Depósitos bancários à ordem	5 191 890,48		2 479 050,21	
<b>Total de caixa e depósitos</b>		<b>5 206 940,09</b>		<b>2 751 542,20</b>

Conforme se pode observar no quadro supra, em 2025 deixou de constar o valor de 248.649,63 € no saldo de caixa – valores a regularizar. No decurso de 2025, foi aprovada a Proposta n.º 8/UAF/2025 – “Regularização de Divergência em Meios Líquidos Disponíveis”, a qual foi previamente deliberada por unanimidade pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Nazaré, na reunião realizada em 4 de abril de 2025, tendo posteriormente sido igualmente aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal, na sessão de 24 de abril de 2025. Esta deliberação enquadra a regularização efetuada, no montante de 248.649,63 €, bem como o respetivo tratamento contabilístico refletido nas demonstrações financeiras do exercício.

### Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

### Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.



### **Participações financeiras**

O Município adotou dois critérios de mensuração:

- a) as participações financeiras inferiores a 20% foram mensuradas ao custo (de acordo com a NCP 18),
- b) as participações financeiras superiores a 20% foram mensuradas ao método de equivalência patrimonial (MEP) (de acordo com a NCP 23).

No método do custo, inicialmente o investimento é reconhecido pelo seu custo e vai sendo ajustado por perdas por imparidade.

No método de equivalência patrimonial, inicialmente a participação é reconhecida pelo custo, sendo depois ajustada conforme os resultados das participadas, ou seja, o resultado líquido das participadas são reconhecidos nos resultados líquidos do Município.

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) aquele que é utilizado.

Desde o dia 1 de janeiro de 2020, todos os bens são inventariados segundo as taxas constantes do Classificador Complementar 2 (anexo III da Portaria nº 189/2016).

A todos os bens com um valor de aquisição inferior ou igual a 266,89 euros é atribuída uma taxa de amortização de 100%, o que equivale ao bem ser depreciado em 12 meses.

### **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

### **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

### **Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição.

**Especialização do exercício**

Em conformidade com o princípio de especialização do exercício, os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que respeitam, independentemente do momento em que as transações são registadas.

**Nota 3 – Ativos intangíveis**

Em 2025, os movimentos ocorridos na rubrica dos ativos intangíveis encontram-se no quadro seguinte:

**Quadro 3.1 - Ativos intangíveis consolidados**

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	93 768,57	93 768,57		0,00	93 768,57	93 768,57		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	55 754,99	28 537,55		27 217,44	256 105,27	51 166,50		204 938,77
Propriedade industrial e intelectual	34 486,73	34 486,73		0,00	34 486,73	34 486,73		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00	57 465,16	5 388,32		52 076,84
Ativos intangíveis em curso	546 622,40			546 622,40	543 793,40	0,00		543 793,40
<b>Total</b>	<b>730 632,69</b>	<b>156 792,85</b>		<b>573 839,84</b>	<b>985 619,13</b>	<b>184 810,12</b>		<b>800 809,01</b>

Os ativos intangíveis consolidados apresentam um saldo de 801 mil euros, essencialmente referente a anteprojetos e projetos de execução de várias empreitadas e investimentos e à aquisição de diverso software para reforço e modernização das aplicações utilizadas na seção administrativa dos Serviços Municipalizados da Nazaré.

**Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais disponíveis. Estes contratos referem-se somente ao Município da Nazaré.

**Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços**

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativos de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E - Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Infraestruturas afetas ao serviço de eletricidade em baixa tensão	20 anos	Valor da renda apurada anualmente, conforme DL n.º230/2008, de 27/11	N.A.	N.A.	N.A.

**Nota 5 – Ativos fixos tangíveis**

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Grupo Municipal utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis consolidados

Rubricas	início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	674 444,67	0,00		674 444,67	675 794,67	0,00		675 794,67
Edifícios e outras construções	1 568 303,81	249 988,24		1 318 315,57	1 582 194,02	315 098,96		1 267 095,06
Infraestruturas	23 571 085,11	11 933 691,54		11 637 393,57	26 265 537,81	12 900 547,90		13 364 989,91
Património histórico, artístico e cultural	316 682,73	34 307,17		282 375,56	329 795,59	40 555,66		289 239,93
Equipamento militar, de segurança e defesa	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	128 845,54	128 845,54		0,00	128 845,54	128 845,54		0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
	26 259 361,86	12 346 832,49		13 912 529,37	28 982 167,63	13 385 048,06		15 597 119,57
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	6 430 200,73	0,00		6 430 200,73	6 431 830,73	0,00		6 431 830,73
Edifícios e outras construções	53 247 994,69	25 654 016,38		27 593 978,31	53 869 884,92	27 229 147,92		26 640 737,00
Equipamento básico	8 280 533,04	7 147 086,41		1 133 446,63	8 617 721,43	7 447 134,85		1 170 586,58
Equipamento de transporte	3 276 525,07	2 396 057,95		880 467,12	3 494 202,13	2 607 969,84		886 232,29
Equipamento administrativo	4 565 821,66	4 135 766,69		430 054,97	5 125 466,69	4 307 888,41		817 578,28
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	2 277 906,09	1 976 252,63		301 653,46	2 390 330,79	2 067 628,96		322 701,83
Ativos fixos tangíveis em curso	4 161 475,42	0,00		4 161 475,42	6 652 574,43	0,00		6 652 574,43
	82 240 456,70	41 309 180,06		40 931 276,64	86 582 011,12	43 659 769,98		42 922 241,14
<b>Total</b>	<b>108 499 818,56</b>	<b>53 656 012,55</b>		<b>54 843 806,01</b>	<b>115 564 178,75</b>	<b>57 044 818,04</b>		<b>58 519 360,71</b>

Os ativos fixos tangíveis consolidados representam 85,7% do total do ativo e registaram um valor de 58,5 milhões de euros.

No exercício foram concluídas diversas obras, no valor global de 2,8 milhões de euros, das quais se destacam:

- Interface de Transportes Públicos – Av. Do Município (1,6 milhões de euros);
- Reservatório do Camarçã (835 mil euros);
- Remodelação e Beneficiação do 1º Piso do Edifício dos Paços do Concelho (146 mil euros);
- Conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo de Famalicão (resolução de contrato) (108 mil euros).

**Nota 6 – Locações**

Em 2025, o Grupo Municipal não detinha contratos de locação financeira em vigor.

**Nota 7 – Custo de financiamentos obtidos**

No final do ano de 2025, o detalhe dos financiamentos obtidos consolidados está espelhado no quadro seguinte.

**Quadro 7.1 - Custo de financiamentos obtidos**

Financiamentos	Saldo a 31/12/2024	Variação no exercício		Saldo a 31/12/2025
		Aumentos	Reduções	
<b>Não corrente</b>	<b>26 818 462,42</b>	<b>800 000,00</b>	<b>1 051 979,77</b>	<b>26 566 482,65</b>
FAM	26 361 138,35	800 000,00	885 054,30	26 276 084,05
Outros financiamentos bancários	457 324,07	0,00	166 925,47	290 398,60
<b>Corrente</b>	<b>1 008 284,64</b>	<b>1 031 629,09</b>	<b>1 008 284,64</b>	<b>1 031 629,09</b>
FAM	825 060,18	865 056,26	825 060,18	865 056,26
Outros financiamentos bancários	183 224,46	166 572,83	183 224,46	166 572,83
<b>Total</b>	<b>27 826 747,06</b>	<b>1 831 629,09</b>	<b>2 060 264,41</b>	<b>27 598 111,74</b>

Como se pode observar no quadro supra, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (passivo não corrente) apresentam reduções no valor de 1,1 milhões de euros. Esta variação decorre do facto do valor a pagar em 2026 relativo à amortização dos empréstimos ter passado para o curto prazo (1 milhão de euros para o passivo corrente) e da amortização parcial dos empréstimos dos Serviços Municipalizados.

Em termos globais, os financiamentos obtidos registaram uma diminuição de 1 milhão de euros referente às amortizações de capital no exercício (183 mil euros relativos a empréstimos a bancos e 825 mil euros ao FAM).

No que aos juros e encargos diz respeito, observe-se o quando seguinte:



Quadro 7.2 - Juros e outros encargos financeiros

Juros e Encargos	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025
Juros FAM	268 539,01	263 737,34
Juros outros financiamentos bancários	34 174,01	16 544,11
Juros mora	99 707,55	80 886,37
Outros encargos financeiros	12 249,74	11 682,58
<b>Total</b>	<b>414 670,31</b>	<b>372 850,40</b>

Registou-se uma diminuição no total dos encargos financeiros (-42 mil euros). Este decréscimo deve-se essencialmente, ao menor valor de juros pagos relativos aos financiamentos e à diminuição dos juros que o Município teve de suportar neste exercício no âmbito do plano de pagamentos ao IGFSS com a aquisição do terreno sito no Bairro dos pescadores.

#### Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do período.

Quadro 8.1 - Propriedades de investimento - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	59 040,00	13 284,00		45 756,00	59 040,00	19 188,00		39 852,00
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
<b>Total</b>	<b>59 040,00</b>			<b>45 756,00</b>	<b>59 040,00</b>	<b>19 188,00</b>		<b>39 852,00</b>

Em julho de 2023, quatro estruturas de Snack-Bar adquiridas pelo Município em 2022 passaram de Ativos Fixos Tangíveis (43.2) para Propriedades de Investimento (42.1) resultado de contratos de arrendamento para explorar os espaços. Cada contrato prevê o pagamento de 400 € mensais ao



Município. O valor contabilístico bruto das quatro estruturas é de 59.040,00 € e o valor líquido à data era de 39.852,00 €.

### Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2025 – custo médio ponderado. Pode observar-se o quadro seguinte com a informação dos valores da conta de inventários consolidados e os movimentos do período.

**Quadro 10.1 - Inventários**

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	64 687,45		64 687,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	189 784,16		189 784,16
Produtos acabados e intermédios			
<b>Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos</b>			
Produtos e trabalho em curso			
<b>TOTAL</b>	<b>254 471,61</b>		<b>254 471,61</b>

**Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período**

Rubrica	Quantia escriturística inicial	Movimentos do período							Quantia contabilística final
		Compras	Consumos	Transferências de produtos	Transferências de materiais	Transferências de produtos parciais	Transferências de materiais	Transferências de materiais	
	€	€	€	€	€	€	€	€	€
Mercadorias	43 456,76	719 075,91	697 845,22				0,00	0,00	64 687,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	224 583,10	179 190,69	186 562,63				28 426,11	999,11	189 784,16
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalho em curso									
<b>TOTAL</b>	<b>268 039,86</b>	<b>898 266,60</b>	<b>884 407,85</b>				<b>28 426,11</b>	<b>999,11</b>	<b>254 471,61</b>

Como se pode observar, a quantia de inventários consolidados apresenta um valor final de 254 mil euros, sofrendo um decréscimo de 16 mil euros face ao ano anterior.



Quanto ao gasto consolidado do exercício, o quadro infra mostra o respetivo cálculo.

**Quadro 10.3 - Quantia de inventários reconhecida como gasto do período**

<b>Ano 2025</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Matérias Primas, Subs., Consumo</b>	<b>TOTAL</b>
Existências Iniciais	43 456,76	224 583,10	268 039,86
Compras	719 075,91	179 190,69	898 266,60
Regularização de Existências	-28 426,11	999,11	-27 427,00
Existências Finais	64 687,45	189 784,16	254 471,61
<b>Gasto no Exercício</b>	<b>669 419,11</b>	<b>214 988,74</b>	<b>884 407,85</b>

<b>Ano 2024</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Matérias Primas, Subs., Consumo</b>	<b>TOTAL</b>
Existências Iniciais	84 227,10	219 480,53	303 707,63
Compras	600 333,89	187 376,62	787 710,51
Regularização de Existências	0,00	481,08	481,08
Existências Finais	45 438,28	224 583,10	270 021,38
<b>Gasto no Exercício</b>	<b>639 122,71</b>	<b>182 755,13</b>	<b>821 877,84</b>

### **Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A NCP 15 faz a distinção entre:

- Provisões, que são reconhecidas como passivos porque são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações; e
- Passivos contingentes, que não são reconhecidos como passivos, ou porque são obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos, ou porque são obrigações em que não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos.

Foi solicitado ao assessor jurídico que acompanha os processos judiciais do Município que para cada processo em curso, atribuisse a classificação de “provável exfluxo de recursos” ou “não provável exfluxo de recursos”.

Para os processos judiciais em curso para os quais foi atribuída a classificação de “não provável exfluxo de recursos”, não foi constituída qualquer provisão.



No quadro seguinte, evidenciamos os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisões para riscos e encargos:

Quadro 15.1 - Provisões

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 216 075,98	202 500,00			202 500,00	857 839,34	151 730,39		1 009 569,73	409 006,25
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	0,00	113 700,00			113 700,00	0,00	0,00		0,00	113 700,00
<b>Total</b>	<b>1 216 075,98</b>	<b>316 200,00</b>			<b>316 200,00</b>	<b>857 839,34</b>			<b>1 009 569,73</b>	<b>522 706,25</b>

Para os processos judiciais em curso no final do ano 2025, o assessor jurídico do Município identificou como sendo provável a existência de um exfluxo futuro para os processos 1027/16.6BELRA e 745/25.2BELRA, tendo sido constituídas provisões no montante de 203 mil euros. Os processos 1664/17.1BELRA, 184/23.0BECBR já tinham provisões constituídas. Foi também constituída provisão no montante de 114 mil euros para fazer face ao risco associado à cobrança de processos de multas e coimas já iniciados e ainda não cobrados por parte da empresa municipal.

Neste exercício, o Grupo Municipal reverteu provisões no montante de 152 mil euros e utilizou provisões no montante de 858 mil euros, pelo que no final do exercício, o valor das provisões para riscos e encargos ascende a 522.706,25 €.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota.

O valor dos passivos contingentes ascende a 849.227,60 €.

O Grupo Municipal não regista ativos contingentes.



#### **Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na data indicada na proposta a submeter os documentos de prestação de contas consolidadas à Câmara Municipal.

No dia 28 de janeiro de 2026 e nos dias subsequentes o Município foi severamente afetado por um fenómeno meteorológico extremo, a tempestade Kristin.

Os impactos da mencionada tempestade, diretos e indiretos, sendo relevantes, ainda não são suscetíveis de quantificação em toda a sua extensão, contudo, tendo em consideração o conhecimento atual, o Grupo Municipal está em condições de divulgar que os prejuízos em edifícios e infraestruturas são estimados em cerca de 3,5 milhões de euros.

#### **Nota 19 – Benefícios dos empregados**

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem as Remunerações Base, Subsídios de Férias, Subsídio de Natal, e outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 530 colaboradores, mais 13 relativamente ao final de 2024. No âmbito da transferência de competências nos domínios da educação, ação social e saúde, foram transferidos para o Município 63, 5 e 2 colaboradores respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, as rubricas de Gastos com Pessoal apresentam-se da seguinte forma:



Quadro 19.1 - Gastos com pessoal

Rubricas	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025	Variação %
Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	209 809,09	202 217,66	-3,6%
Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho por tempo indeterminado	6 835 576,13	7 802 741,55	14,1%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto	629 078,10	703 160,12	11,8%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	26 013,27	27 589,25	6,1%
Pessoal em qualquer outra situação	130 989,26	120 401,32	-8,1%
Subsídio de refeição	556 297,97	563 796,00	1,3%
Suplementos e prémios	99 265,02	115 997,92	16,9%
Ajudas de custo	38 492,47	19 192,62	-50,1%
Trabalho extraordinário	205 821,27	219 991,39	6,9%
Abono para falhas	40 425,80	38 583,71	-4,6%
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	288 383,12	328 580,92	13,9%
Caixa Geral de Aposentações	587 026,42	553 349,57	-5,7%
Segurança Social	1 488 974,17	1 693 860,76	13,8%
Subsistema de saúde	13 433,58	1 126,21	-91,6%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	79 711,88	85 826,49	7,7%
Indemnizações	258,91	626,37	141,9%
Outros gastos com o pessoal	97 972,11	94 223,74	-3,8%
Subsídio familiar a crianças e jovens	16 775,96	12 832,36	-23,5%
Outras prestações familiares	3 138,12	4 720,80	50,4%
<b>Total</b>	<b>11 347 442,65</b>	<b>12 588 818,76</b>	<b>10,9%</b>

Este aumento em termos de gasto (+1,2 milhões de euros), resulta da transferência de competências nas áreas da educação, ação social e saúde, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, da entrada de diversos trabalhadores no Grupo Municipal, pela alteração de posicionamento remuneratório obrigatório e pelo aumento do salário mínimo para os 878,41 €. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

#### Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município da Nazaré nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.



Quadro 20.1 - Listagem de Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Serviços Municipalizados da Nazaré	Não societária	Nazaré	9 485 572,98	100,00%	100,00%		100,00%
Nazaré Qualifica, E.M.	Societária	Nazaré	10 000,00	100,00%	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Controlo Final
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços Municipalizados da Nazaré	Entidade controlada	Gastos - FSE *	180 246,55	3,3%	14 096,41	100,00%
		Transferências	623 483,60			
Nazaré Qualifica, E.M.	Entidade controlada	Contratos Programa	115 777,68	5,0%	0,00	100,00%
		Gastos - FSE *	1 112 350,42			
<b>Total</b>			<b>2 031 858,25</b>	<b>8,3%</b>	<b>14 096,41</b>	

\*valores com IVA

## Nota 22 – Interesses em outras entidades e investimentos em associadas

No quadro seguinte, consta a identificação das participações financeiras que o Município detém inferiores a 20%, e que foram por isso mesmo, excluídas do perímetro de consolidação.

Quadro 22.1 - Mapa de participações financeiras 2025 - Outras participações

Designação da Entidade	Tipo de Participação	Sede	Porcentagem de Participação	Participação no final do exercício	Capitais Próprios da Participada no final do exercício	Resultado Líquido da Participada	Observações
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Societária	Lisboa	0,24	273 724	113 527 680	6 574 040	
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Societária	Guarda	0,23	194 781	83 759 578	10 652 153	
Associação Sem Fins Específicos - AMO Mais	Não Societária	Caldas da Rainha	7,14				
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	Coimbra	0,32		4 567 459	194 145	
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	Não Societária	Lamego	0,005		99 461	57 152	
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Não Societária	Caldas da Rainha	4,40		19 964 959	3 919 956	
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	Lisboa	0,09	372 051	417 857 158	3 400 496	

Exercício económico de 2025

**Nota 23 – Outras divulgações****23.1 – Património líquido****Quadro 23.1 - Variações no património líquido consolidado**

Rubrica	Saldo a 31/12/2024	Movimento do período			Saldo a 31/12/2025
		Aumentos	Regularizações	Reduções	
Património / Capital	14 545 058,57	2 980,00			14 548 038,57
Reservas	307 676,23				307 676,23
Resultados transitados	-3 197 478,04	1 146 296,99		0,00	-2 051 181,05
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 951 615,04	11 658,82		0,00	-4 939 956,22
Outras variações no património líquido	20 638 044,02	5 754 480,21		869 042,43	25 523 481,80
Resultado líquido do período	1 009 644,22	995 551,19		0,00	2 005 195,41
<b>TOTAL</b>	<b>28 351 329,96</b>	<b>7 910 967,21</b>		<b>869 042,43</b>	<b>35 393 254,74</b>

O património líquido do Grupo Municipal registou um incremento de 7 milhões de euros. As rubricas que compõem o património líquido que mais contribuíram para esta variação foram as outras variações no património líquido (+4,9 milhões de euros), os resultados transitados (+1,1 milhões de euros) e o resultado líquido do período (+1 milhão de euros).

A rubrica resultados transitados, apresenta um saldo de -2.051.181,05 €. Registou uma variação de 1,1 milhões de euros relativamente a 2024, pela aplicação do resultado líquido de 2024 (1 milhão de euros), conforme proposta aprovada em assembleia municipal e pela correção do saldo acumulado anterior a 2025 do Fundo de Financiamento de Descentralização (115 mil euros) de transferência de capital para transferência corrente.

A rubrica ajustamentos em ativos financeiros regista uma variação de 12 mil euros, refletindo a variação do património líquido dos Serviços Municipalizados da Nazaré, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP).

Nas outras variações no património líquido, com a entrada em vigor do SNC-AP, passaram-se a registar nesta rubrica os subsídios ao investimento (que anteriormente eram registados na rubrica de rendimentos a reconhecer) e as transferências de capital no âmbito do FEF (que anteriormente eram registadas em rendimentos do exercício).

No final de 2025, o valor nesta rubrica era de 25.523.481,80 €. A variação positiva (4.885.438 euros) resulta do efeito conjugado de:



- o valor do FEF capital e transferência ao abrigo do art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 (+621.049 euros);
- o valor da imputação a resultados de subsídios ao investimento (-754.365 euros). Este valor é transferido para outros rendimentos e ganhos no exercício proporcional às depreciações dos investimentos participados;
- o valor da transferência de capital de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018 (-114.677 euros);
- o valor das transferências e subsídios de capital com condições cumpridas (+5.133.431 euros).

### 23.2 – Outras contas a receber e a pagar

A evolução da rubrica de outras contas a receber e a pagar ilustra-se no quadro seguinte.

Quadro 23.2 - Outras contas a receber e a pagar

Contas a receber e a pagar	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025	Variação	Variação %
<b>A receber</b>	<b>2 471 686,45</b>	<b>2 506 881,54</b>	<b>35 195,09</b>	<b>1,4%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	168 520,19	0,00	-168 520,19	-100,0%
Clientes, contribuintes e utentes	971 804,85	909 976,94	-61 827,91	-6,4%
Outras contas a receber	1 131 780,78	1 534 706,47	402 925,69	35,6%
Devedores por acréscimo de rendimentos	294 914,27	427 816,59	132 902,32	45,1%
<b>Outros</b>	<b>836 866,51</b>	<b>1 106 889,88</b>	<b>270 023,37</b>	<b>32,3%</b>
Estado e outros entes públicos	199 580,63	62 198,13	-137 382,50	-68,8%
<b>Ativo não corrente</b>				
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	-
<b>A pagar</b>	<b>4 428 409,58</b>	<b>4 761 775,37</b>	<b>333 365,79</b>	<b>7,5%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	353 973,01	550 773,68	196 800,67	55,6%
Fornecedores de investimentos	61 393,93	1 371,81	-60 022,12	-97,8%
Estado e outros entes públicos	302 855,10	311 095,53	8 240,43	2,7%
Outras contas a pagar	1 875 935,18	2 202 685,04	326 749,86	17,4%
Credores por acréscimos de gastos	1 361 031,60	1 601 336,87	240 305,27	17,7%
Outros devedores e credores	514 903,58	601 348,17	86 444,59	16,8%
<b>Passivo não corrente</b>				
Outras contas a pagar	1 834 252,36	1 695 849,31	-138 403,05	-7,5%
Garantias e cauções	939 635,26	942 785,23	3 149,97	0,3%
Outros	894 617,10	753 064,08	-141 553,02	-15,8%



### 23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2024 e 2025 é detalhado no quadro infra.

Quadro 23.3 - Rendimentos

RENDIMENTOS	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025	Var. 25/24
<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>10 869 995,27</b>	<b>12 704 887,74</b>	<b>1 834 892,47</b>
Impostos diretos	5 916 341,82	6 193 649,76	277 307,94
Impostos indiretos	4 516 838,52	6 001 894,14	1 485 055,62
Taxas, multas e outras penalidades	436 814,93	509 343,84	72 528,91
<b>Vendas</b>	<b>1 893 333,98</b>	<b>2 204 339,40</b>	<b>311 005,42</b>
Prestações de serviços e concessões	8 698 623,37	8 631 219,89	-67 403,48
Transferências e subsídios obtidos	5 532 595,40	5 669 126,00	136 530,60
Trabalhos para a própria entidade	238 825,22	68 041,98	-170 783,24
Outros rendimentos	1 134 808,02	1 585 945,24	451 137,22
Juros e rendimentos similares obtidos	16 433,61	16 097,76	-335,85
<b>Total</b>	<b>28 384 614,87</b>	<b>30 879 658,01</b>	<b>2 495 043,14</b>

A rubrica de impostos indiretos registou um aumento de 32,9% (+ 1,5 milhões de euros), resultado, nomeadamente, do acréscimo da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). Este é um imposto de carácter muito variável e sofreu um forte incremento face ao ano anterior.

A rubrica de vendas teve um acréscimo de 311 mil euros face ao ano anterior, resultado do aumento do volume de negócio com as vendas de merchandising, nomeadamente produtos da marca Para do Norte, por parte da empresa municipal.

A rubrica de transferências e subsídios obtidos teve um aumento de 137 mil euros (+2,5%) face ao ano anterior. Este aumento está relacionado sobretudo com o incremento das transferências provenientes do OE, das transferências da DGAL por conta da transferência de competências na área da educação, ação social e saúde, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e pela receita correspondente a 50% do valor previsto no n.º 3 do artigo 35.º da LFL.

A rubrica de outros rendimentos registou um incremento de 451 mil euros face ao ano de 2024 (+39,8%). Este aumento está relacionado sobretudo com o maior valor de imputação de subsídios ao investimento no corrente exercício. À medida que os imobilizados participados por fundos



comunitários vão sendo amortizados, o valor correspondente à amortização desses investimentos é transferido para esta conta, na percentagem do financiamento obtido.

### 23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

No quadro abaixo pode observar-se os valores dos principais fornecimentos e serviços externos consolidados em 2025, bem como a variação relativamente ao ano anterior.

Quadro 23.4 - Fornecimentos e serviços externos

FSE	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025	Var. 25/24	Varição %
<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>1 314 322,48</b>	<b>1 423 947,80</b>	<b>109 625,32</b>	<b>8,3%</b>
Saneamento básico	805 763,51	817 130,75	11 367,24	1,4%
Serviços de recolha e tratamento de RSU	508 558,97	606 817,05	98 258,08	19,3%
<b>Serviços diversos</b>	<b>2 345 851,55</b>	<b>2 571 714,21</b>	<b>225 862,66</b>	<b>9,6%</b>
Rendas e alugueres	424 214,23	432 845,54	8 631,31	2,0%
Comunicações	148 237,69	151 791,93	3 554,24	2,4%
Seguros	81 688,82	95 895,28	14 206,46	17,4%
Limpeza, higiene e conforto	267 944,59	411 783,91	143 839,32	53,7%
Serviços desportivos	103 281,56	246 868,72	143 587,16	139,0%
Serviços de educação	592 579,07	482 814,30	-109 764,77	-18,5%
Serviços culturais	385 378,57	310 340,85	-75 037,72	-19,5%
Outros	342 527,02	439 373,68	96 846,66	28,3%
<b>Serviços especializados</b>	<b>2 719 719,63</b>	<b>3 102 227,52</b>	<b>382 507,89</b>	<b>14,1%</b>
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	49 800,57	50 274,48	473,91	1,0%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	114 930,36	55 703,73	-59 226,63	-51,5%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	48 386,25	84 947,25	36 561,00	75,6%
Publicidade, comunicação e imagem	109 530,03	117 202,65	7 672,62	7,0%
Vigilância e segurança	552 165,95	586 934,38	34 768,43	6,3%
Comissões de cobrança de impostos e taxas e outras	231 439,27	272 966,08	41 526,81	17,9%
Conservação e reparação	526 305,47	616 719,06	90 413,59	17,2%
Honorários	222 107,57	221 050,29	-1 057,28	-0,5%
Comissões	76 152,30	79 236,48	3 084,18	4,1%
Outros	788 901,86	1 017 193,12	228 291,26	28,9%
<b>Energia e fluidos</b>	<b>1 219 766,63</b>	<b>1 286 182,08</b>	<b>66 415,45</b>	<b>5,4%</b>
Eletricidade	761 852,89	800 130,50	38 277,61	5,0%
Combustíveis e lubrificantes	457 913,74	486 051,58	28 137,84	6,1%
<b>Materiais de consumo</b>	<b>408 414,86</b>	<b>422 416,86</b>	<b>14 002,00</b>	<b>3,4%</b>
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	9 073,55	12 281,97	3 208,42	35,4%
Vestuário e artigos pessoais	28 332,80	23 645,36	-4 687,44	-16,5%
Material de escritório	55 671,71	61 943,96	6 272,25	11,3%
Outros	315 336,80	324 545,57	9 208,77	2,9%
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>75 844,31</b>	<b>80 269,48</b>	<b>4 425,17</b>	<b>5,8%</b>
<b>Total</b>	<b>8 083 919,46</b>	<b>8 886 757,95</b>	<b>802 838,49</b>	<b>9,9%</b>



A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas, teve um acréscimo de 9,9% (+803 mil euros).

Grande parte destes gastos diz respeito aos serviços especializados, aos serviços diversos, a subcontratos e parcerias e energia e fluidos, representando 94,3% do total dos fornecimentos e serviços externos.

A rubrica serviços especializados registou gastos no valor de 3.102.227,52 € (+383 mil euros face a 2024) e respeita, nomeadamente a:

- vigilância e segurança, que se refere aos serviços de vigilância nos vários edifícios municipais e em diversos eventos organizados pelo Grupo Municipal e aos serviços de vigilância das praias do concelho;
- outros trabalhos especializados, onde estão registados os gastos com os projetos e serviços de informática (gestão das aplicações informáticas, os gastos com serviços de publicidade e comunicação do Grupo Municipal, os gastos com medicina e segurança no trabalho, os gastos com formação ao pessoal, os gastos com ensaios e análises técnicas, com serviços veterinários, do maior recurso a serviços técnicos especializados contratados externamente por parte dos Serviços Municipalizados, necessários à execução de intervenções operacionais e técnicas que asseguram o normal funcionamento dos serviços, aquisição de prestadores de serviços especializados por parte da empresa municipal, entre outros;
- conservação e reparação, que inclui os gastos com a manutenção dos diversos edifícios, equipamentos, viaturas e espaços verdes do concelho;
- comissões de cobrança de impostos diz respeito aos encargos de cobrança de impostos e taxas feitas pela Autoridade Tributária.

A rubrica serviços diversos registou gastos no valor de 2.571.714,21 € (+226 mil euros face a 2024) e respeita, nomeadamente a:

- serviços de educação, que dizem respeito principalmente à contratação de serviços para implementação das atividades de enriquecimento curricular, atividades de animação e de apoio à família e componente de apoio à família e contratação de prestadores de serviços para reforço na área da educação, como o ATL de verão, entre outros;
- serviços culturais, que englobam, nomeadamente, a contratação dos serviços dos eventos culturais, como o Carnaval, as Festas do Sítio e a Passagem de Ano, e a contratação de prestadores de serviços na área da cultura, entre outros;
- rendas e alugueres, que se refere aos gastos com rendas e alugueres de terrenos (para estacionamento), rendas e alugueres de edifícios, rendas e alugueres de transporte, rendas e



alugueres de equipamento (nomeadamente aluguer de som e palco para diversos eventos, parque de impressoras para o agrupamento de escolas e dos edifícios municipais, aluguer de máquinas, entre outros) e outras rendas e alugueres (principalmente iluminação de Natal);

- outros serviços, que dizem respeito, principalmente a aquisição de serviços de atividades complementares ao funcionamento dos cemitérios municipais, serviços de apoio ao canil municipal, contratação de prestadores de serviços para diversas áreas (que não se englobam nas suprarreferidas), entre outros;

- serviços de limpeza, higiene e conforto, que se referem aos serviços de limpeza prestados nos edifícios municipais e outros, mais concretamente nos edifícios relativos à transferência de competências no domínio da saúde (Centros de Saúde), aquisição de serviços de gestão de resíduos - encaminhamento e tratamento, aquisição de serviços de atividades complementares ao funcionamento dos cemitérios municipais, serviços de apoio ao canil municipal, entre outros.

A rubrica dos subcontratos e parcerias registou gastos no valor de 1.423.947,80 € (+110 mil euros face a 2024) e diz respeito ao serviço de saneamento básico contratado à empresa Águas do Tejo Atlântico.

### 23.5 – Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Quadro 23.5 - Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Rubricas	Saldo a 31/12/2024	Saldo a 31/12/2025	Varição %
<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>1 483 959,10</b>	<b>1 646 183,89</b>	<b>10,9%</b>
Associações de Municípios	191 586,26	299 506,18	56,3%
Freguesias	341 278,41	370 851,24	8,7%
Instituições sem fins lucrativos	752 658,19	792 870,75	5,3%
Outros	198 436,24	182 955,72	-7,8%
<b>Outros gastos</b>	<b>759 946,60</b>	<b>1 039 989,05</b>	<b>36,9%</b>
Correções relativas a períodos anteriores	364 551,20	731 849,18	100,8%
Taxas	168 274,00	194 755,21	15,7%
Quotizações	19 256,71	37 287,15	93,6%
Outros	207 864,69	76 097,51	-63,4%
<b>Total</b>	<b>2 243 905,70</b>	<b>2 686 172,94</b>	<b>19,7%</b>



Relativamente às transferências e subsídios concedidos, o acréscimo de 162 mil euros, resulta essencialmente do aumento, quer dos projetos, quer do valor dos mesmos, desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Oeste em 2025. Também os valores pagos às freguesias e às instituições sem fins lucrativos sofreram aumentos face a 2024.

A rubrica de outros gastos e perdas registou um incremento de 280 mil euros face ao ano anterior. Este aumento incide sobretudo na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, fruto de diversas regularizações feitas, nomeadamente da regularização contabilística de uma divergência histórica identificada nos meios líquidos disponíveis dos Serviços Municipalizados da Nazaré.

#### **Nota final**

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Câmara Municipal da Nazaré** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 68.290.998 euros e um total de fundos próprios de 35.393.255 euros, incluindo um resultado líquido de 2.005.195 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Câmara Municipal da Nazaré em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidade que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante da Relatório de Gestão Consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o Relatório de Gestão Consolidado**

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Miraflores, 29 de maio de 2026

Paulo Ribeiro da Silva  
ROC n.º 868 da OROC e 20160489 da CMVM  
Em representação de:  
“JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.”